

Concepções acerca da educação inclusiva e especial: adaptação de atividades e recursos na educação infantil.

Conceptions about inclusive and special education: adaptation of activities and resources in early childhood education.

Graziela Nascimento da Fonseca¹
Gisele Fernanda Moraes dos Santos²
Jessica Mendes Santos Cavalcante³
Mônica de Oliveira Matos Silva⁴

Resumo

A Educação Inclusiva constitui um dos principais desafios e avanços da educação contemporânea, pois busca garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais, sociais ou culturais. Nesse contexto, a Educação Especial atua como uma modalidade de ensino que oferece suporte aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Na Educação Infantil, a adaptação de atividades e recursos pedagógicos desempenha papel fundamental para promover o desenvolvimento integral das crianças, respeitando suas particularidades e potencialidades. O presente trabalho tem como objetivo discutir as concepções acerca da Educação Inclusiva e Especial, destacando a importância das adaptações curriculares, metodológicas e dos recursos pedagógicos para favorecer a participação efetiva das crianças em ambientes educacionais inclusivos. Conclui-se que a inclusão escolar exige comprometimento institucional, formação continuada dos profissionais e práticas pedagógicas flexíveis que valorizem a diversidade humana. A contextualização histórica sobre Educação Especial e Inclusão ganha destaque para referendar os avanços e implementação de Políticas Públicas com vista as Leis Nacionais e Internacionais, bem como adesão de profissionais da educação na formação básica com o advento de especialização na área a fim de mensurar procedimentos regulares de atendimento à pessoa com deficiência na rede de ensino, com ressalva aos desafios da Educação Especial e Inclusão que são objetos de estudo deste trabalho.

Palavras- chaves: Educação Inclusiva; Educação Especial; Educação Infantil; Adaptação Curricular; Recursos Pedagógicos.

Abstract

Inclusive education is one of the main challenges and advancements in contemporary education, as it seeks to guarantee access, permanence, participation, and learning for all children, regardless of their physical, intellectual, sensory, social, or cultural conditions. In this context, Special Education acts as a teaching modality that offers support to students with disabilities, global developmental disorders, and high abilities/giftedness. In Early Childhood Education, the adaptation of activities and pedagogical resources plays a fundamental role in promoting the integral development of children, respecting their particularities and potential. This work aims to discuss the conceptions of Inclusive and Special Education, highlighting the importance of curricular and methodological adaptations and pedagogical resources to favor the effective participation of children in inclusive educational environments. It concludes that school inclusion requires institutional commitment, continuous professional development, and flexible pedagogical practices that value human diversity. The historical context of Special Education and Inclusion is highlighted to support the advancements and implementation of Public Policies in accordance with National and International Laws, as well as the participation of education professionals in basic training with the advent of specialization in the area in order to measure regular procedures for serving people with disabilities in the education system, with due regard to the challenges of Special Education and Inclusion, which are the subject of this study.

Keywords: Inclusive Education; Special Education; Early Childhood Education; Curriculum Adaptation; Pedagogical Resources.

1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988 e deve ser assegurada a todos sem qualquer forma de discriminação. Nesse sentido, a Educação Inclusiva surge como uma proposta educacional voltada para a valorização da diversidade, promovendo a participação de todos os estudantes em ambientes escolares comuns. Essa perspectiva representa uma mudança significativa em relação aos modelos tradicionais, que frequentemente segregavam alunos com deficiência em instituições ou classes especiais.

No Brasil, importantes avanços legais fortaleceram o processo de inclusão escolar, entre eles a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esses documentos reforçam o direito de acesso à educação em classes comuns do ensino

regular, com os apoios necessários para garantir o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes.

Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, a inclusão assume papel ainda mais relevante, uma vez que é nesse período que a criança inicia sua socialização fora do ambiente familiar e desenvolve habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais fundamentais para sua formação. Dessa forma, torna-se indispensável que as instituições de ensino estejam preparadas para acolher e atender crianças com diferentes necessidades educacionais.

Nesse contexto, a adaptação de atividades e recursos pedagógicos constitui uma estratégia essencial para garantir a participação efetiva de todas as crianças. Tais adaptações não significam simplificar conteúdos, mas adequar metodologias, materiais e formas de ensino às necessidades individuais dos estudantes, respeitando seus ritmos e potencialidades.

Assim, este trabalho busca refletir sobre as concepções da Educação Inclusiva e Especial, destacando a importância das adaptações pedagógicas e dos recursos utilizados na Educação Infantil para a promoção de uma educação democrática, equitativa e de qualidade.

Nessa perspectiva pretendemos uma reflexão crítica quanto às políticas públicas com ênfase na educação especial. Para isso, devemos tomar como cautela a formação docente e o atendimento na área de educação especial respeitando as limitações de cada sujeito. Acreditava-se, portanto, que nenhum indivíduo que estivesse apto ao trabalho poderia exercer tais funções, no entanto, pesquisas demonstram que há novas formas de atendimento às dificuldades de aprendizagem e/ou limitações física/intelectual sendo fruto de caminhos alternativos às pessoas com deficiência, permitindo exercer funções no mercado de trabalho, contribuindo para o exercício da cidadania.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Educação Especial e o Fazer Pedagógico

A educação especial e inclusiva é distinta em termos, porém diferentes em suas aplicações. Para tanto, vale-se de esclarecimento quanto aos dois segmentos apresentados. Enquanto a Educação Especial tem por premissa o atendimento à pessoa

com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas, a Educação Inclusiva versa as políticas públicas de reestruturação da cultura e das práticas vivenciais nas escolas, nesse sentido a inclusão se faz por meio da educação especial que concede suporte a pessoa com deficiência, enquanto a inclusão busca alternativas para ingresso desse sujeito no mercado de trabalho respeitando suas limitações.

No que se refere à educação especial, a declaração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), no artigo 59, evidencia que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educando com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender suas necessidades. terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental em virtudes de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL, 1996, p. 150)

Um estudo da literatura contribui para a fundamentação teórica sobre a educação inclusiva e os seus desafios. Quando falamos de educação inclusiva, temos em mente um processo aberto e interactivo através do qual as escolas e a sociedade como um todo são capazes de incorporar a diversidade da sua clientela existente nos seus sistemas educativos regulares, bem como nos seus sistemas sociais. Nosso objetivo é identificar as maiores dificuldades dos alunos com necessidades especiais para participarem efetivamente do ensino regular.

Por se tratar de um processo repleto de imprevistos, a inclusão não tem fórmula e exige melhoria contínua, ao passo que a busca pela inclusão de todos os alunos é tema de debate desde a década de 1990. Porque morar com alguém com necessidades especiais ainda gera muito medo. Alguns paradigmas educacionais exigem mudanças ou reestruturações das práticas escolares a partir do planejamento e gestão do processo educativo.

Pessoas com necessidades especiais também estão preparadas para assumirem seus papéis na sociedade. Portanto, as escolas só poderão ser verdadeiramente inclusivas se os alunos aplicarem o ensino e a aprendizagem no seu desempenho académico, porque não basta estar em sala de aula sem interagir com os professores, sem aprender, sem

adquirir conhecimentos. Portanto, sem cultura não podemos falar de tolerância, mas não de integração.

Todo o processo de inclusão social está diretamente relacionado com a educação de qualidade que as escolas podem proporcionar, o que naturalmente favorece o desenvolvimento integral dos alunos especiais e proporciona melhores condições de integração social, porque só com a aquisição cognitiva pode haver verdadeira inclusão.

A Declaração de Salamanca (1994) é um documento cujas diretrizes consideram a necessidade de promover a educação para todos, analisando as mudanças fundamentais nas políticas necessárias para apoiar uma abordagem inclusiva à educação que permita verdadeiramente que as escolas sirvam todas as crianças, especialmente aquelas com serviços para crianças com necessidades educacionais especiais.

O documento desafia as escolas a reorganizarem-se para acolher todas as crianças de forma igual, independentemente das suas diferenças. (Conhecimento e Prática Inclusivos, p. 19)

A educação inclusiva promove a atenção à diversidade da comunidade escolar e requer a organização e adaptação de novas formas de integração e relacionamento, espaços físicos e programas instrucionais. É um processo no qual as escolas e a sociedade como um todo são abertas e adaptáveis, capazes de incorporar a diversidade da sua clientela existente nos seus sistemas educativos regulares, bem como nos sistemas sociais em geral.

Essa convivência com alunos de salas regulares faz com que eles superem os preconceitos estereotipados e que interajam com eles sem nenhum tipo de rejeição. São através das interações que eles passam a desenvolver suas subjetividades e se transformam assim em cidadãos conscientes de seus papéis na sociedade na qual os excluem sistematicamente. Os autores pesquisados foram unânimes em dar ênfase à importância da convivência no âmbito escolar para a construção da subjetividade e da cidadania.

Segundo a LDB “Educação Especial, trata-se de uma modalidade de educação escolar voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania.” (Lei de Diretrizes de Bases Lei 9394/96, art.58).

Portanto, essa Educação Inclusiva esperada deve atender a diversidade de alunos para que eles sejam introduzidos desde a escola na sociedade que fazem parte.

Para melhor compreendermos, apresentamos os eixos da cada terminologia.

EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO INCLUSIVA
●prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular. ●garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular. ●fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. ●assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino. ●adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade; ●formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado. ●implantação de salas de recursos multifuncionais. As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais	●acesso para estudantes com deficiência à educação inclusiva em suas comunidades locais. ●ressignificação da educação escolar, garantindo o sucesso para a aprendizagem de todos. ●buscar adaptações curriculares que atendam às necessidades e expectativas do aluno, assegurando uma educação de qualidade para todos. ●provisão de recursos de todas as instâncias governamentais e de iniciativa privada, a fim de garantir o sucesso e a permanência de todos na escola. ●o rompimento de barreiras arquitetônicas e principalmente atitudinais. ●formação continuada para o professor, com previsão e provisão de recursos necessários a sua capacitação.

didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.	● garantia de um projeto pedagógico que possibilite resgatar a cidadania e o direito do aluno, possibilitando a construção de seu projeto de vida. ● capacitar à escola para atender a todos os alunos.
---	--

Disponível em <<http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/material/109.pdf>> em: 06 jun. 2026

O profissional da educação que irá atuar diretamente com crianças, adolescentes, adultos e seniores com deficiência deve compreender formas de atendimento na área valendo-se de estratégias metodológicas específicas que tratem a educação especial e inclusão de forma assertiva. Vale salientar que a Educação Especial e Inclusão está articulada com a Base Nacional Comum Curricular (B.N.C.C.) e contempla o ensino universal a todos os cidadãos.

2.2 Educação Inclusiva e Educação Especial: conceitos e fundamentos

A Educação Infantil representa a primeira etapa da Educação Básica e constitui um período fundamental para o desenvolvimento integral da criança. É nessa fase que são construídas as bases das habilidades cognitivas, motoras, afetivas, sociais e comunicativas que acompanharão o indivíduo ao longo de toda a vida. Nesse contexto, a inclusão escolar assume um papel essencial, pois garante que crianças com e sem deficiência convivam em um mesmo ambiente educativo, compartilhando experiências, aprendizagens e oportunidades de desenvolvimento.

A inclusão na Educação Infantil está fundamentada no princípio de que todas as crianças possuem o direito de participar das atividades escolares em igualdade de condições, independentemente de suas características físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais. Essa perspectiva rompe com modelos excludentes que, historicamente, segregavam crianças com deficiência em espaços separados, limitando suas possibilidades de interação social e aprendizagem.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Infantil deve assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças por meio das interações e brincadeiras. Dessa forma, a inclusão escolar possibilita que as crianças aprendam a respeitar as diferenças desde os primeiros anos de vida, favorecendo a construção de uma sociedade mais justa, democrática e acolhedora.

De acordo com Vygotsky (1997), o desenvolvimento humano ocorre por meio das relações sociais estabelecidas entre os indivíduos. Para o autor, a aprendizagem acontece em interação com o outro, sendo o ambiente social um elemento indispensável para a construção do conhecimento. Nesse sentido, a convivência entre crianças com diferentes características favorece experiências enriquecedoras para todos os envolvidos, ampliando as oportunidades de desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

Além dos benefícios para as crianças com deficiência, a inclusão também contribui para a formação das demais crianças, que aprendem a conviver com a diversidade, desenvolvendo atitudes de respeito, empatia, solidariedade e cooperação. Essas experiências fortalecem valores fundamentais para a construção da cidadania e para a superação de preconceitos e estereótipos presentes na sociedade.

Entretanto, a efetivação da inclusão na Educação Infantil exige que a escola esteja preparada para acolher e atender adequadamente às necessidades de todos os estudantes. Isso envolve adaptações nos espaços físicos, aquisição de recursos pedagógicos acessíveis, formação continuada dos profissionais da educação e estabelecimento de parcerias com as famílias e equipes multidisciplinares.

Mantoan (2015) destaca que a inclusão escolar não depende apenas da presença física do aluno na escola, mas da criação de condições que garantam sua participação efetiva nas atividades pedagógicas. Assim, é necessário que o planejamento educacional considere as singularidades de cada criança, promovendo estratégias que favoreçam seu desenvolvimento integral.

Dessa forma, a inclusão na Educação Infantil deve ser compreendida como um compromisso ético e social voltado à garantia dos direitos das crianças, contribuindo para a construção de ambientes educativos mais democráticos, acessíveis e humanizados.

2.3 A importância da inclusão na Educação Infantil

A adaptação de atividades constitui uma das principais estratégias para promover a inclusão escolar na Educação Infantil. Trata-se de um conjunto de ações pedagógicas destinadas a adequar conteúdos, metodologias, materiais e formas de participação às necessidades específicas das crianças, garantindo que todas tenham acesso às experiências de aprendizagem propostas pela escola.

É importante destacar que adaptar não significa reduzir ou simplificar o currículo, mas criar diferentes caminhos para que cada criança possa participar das atividades e desenvolver suas potencialidades. As adaptações devem respeitar as características individuais dos estudantes, considerando suas habilidades, interesses, limitações e formas de aprendizagem.

Na Educação Infantil, as adaptações pedagógicas devem estar integradas às atividades cotidianas, especialmente às brincadeiras e interações, que constituem os eixos estruturantes dessa etapa de ensino. Assim, o professor precisa planejar situações de aprendizagem flexíveis, capazes de contemplar a diversidade existente no grupo.

Entre as adaptações mais utilizadas destacam-se a flexibilização do tempo para execução das tarefas, a utilização de recursos visuais, a reorganização dos espaços, a simplificação de instruções, o uso de diferentes formas de comunicação e a diversificação das estratégias de ensino. Essas medidas permitem que as crianças participem das atividades de acordo com suas possibilidades e ritmos de desenvolvimento.

Por exemplo, em uma atividade de contação de histórias, o professor pode utilizar imagens ampliadas, objetos concretos, recursos sonoros, dramatizações e materiais táteis para favorecer a compreensão e a participação de crianças com diferentes necessidades educacionais. Da mesma forma, atividades artísticas podem ser adaptadas por meio do uso de materiais de fácil manipulação, pincéis com cabos adaptados ou recursos tecnológicos que auxiliem a expressão criativa da criança.

Segundo Carvalho (2018), as adaptações curriculares representam importantes instrumentos para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, pois possibilitam a participação ativa dos estudantes no processo educativo. Essas adaptações devem ser planejadas de forma individualizada quando necessário, mas sem perder de vista a integração da criança ao grupo e às atividades coletivas.

Outro aspecto relevante é a observação contínua realizada pelo professor. A avaliação das necessidades e potencialidades das crianças permite identificar quais adaptações são mais adequadas em cada situação. Esse acompanhamento favorece a elaboração de estratégias mais eficazes e contribui para o desenvolvimento da autonomia e da autoestima dos estudantes.

Além disso, a participação da família é fundamental nesse processo. O diálogo entre escola e família possibilita um melhor conhecimento das necessidades da criança, favorecendo a construção de práticas pedagógicas mais adequadas e significativas.

Portanto, a adaptação de atividades na Educação Infantil configura-se como uma ferramenta indispensável para a efetivação da inclusão escolar, promovendo o acesso ao currículo, a participação ativa e o desenvolvimento integral de todas as crianças.

2.4. Recursos pedagógicos para a inclusão

Os recursos pedagógicos desempenham papel fundamental na promoção da inclusão escolar, pois possibilitam a criação de ambientes de aprendizagem mais acessíveis, estimulantes e adequados às diferentes necessidades dos estudantes. Na Educação Infantil, esses recursos tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que o aprendizado ocorre principalmente por meio das brincadeiras, da exploração do ambiente e das interações sociais.

Os recursos pedagógicos inclusivos podem ser definidos como materiais, equipamentos, estratégias e tecnologias utilizados para facilitar a participação e a aprendizagem das crianças. Seu principal objetivo é eliminar ou minimizar barreiras que possam dificultar o acesso ao conhecimento e às atividades propostas pela escola.

Entre os recursos mais utilizados na Educação Infantil destacam-se os materiais concretos e manipuláveis, jogos educativos adaptados, livros acessíveis, brinquedos pedagógicos, recursos visuais, materiais sensoriais, pranchas de comunicação alternativa e tecnologias assistivas. Esses instrumentos contribuem para tornar o processo educativo mais dinâmico, significativo e inclusivo.

Os recursos sensoriais, por exemplo, são amplamente utilizados para estimular diferentes formas de percepção e aprendizagem. Materiais com variadas texturas, cores, sons e formatos favorecem o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças,

especialmente daquelas que apresentam deficiência visual, intelectual ou transtornos do espectro autista.

A comunicação alternativa e aumentativa também se destaca como um importante recurso inclusivo. Por meio de figuras, símbolos, pranchas de comunicação e dispositivos eletrônicos, crianças com dificuldades na comunicação oral podem expressar necessidades, sentimentos e ideias, ampliando sua participação nas atividades escolares.

Outro recurso de grande relevância é a Tecnologia Assistiva. Segundo Bersch (2017), a Tecnologia Assistiva compreende produtos, equipamentos, metodologias e serviços destinados a promover funcionalidade, autonomia e participação das pessoas com deficiência. Na Educação Infantil, podem ser utilizados softwares educativos acessíveis, tablets com aplicativos específicos, teclados adaptados, ampliadores de imagem e outros dispositivos que favoreçam a aprendizagem.

Além dos materiais, é importante compreender que o próprio professor constitui um recurso pedagógico essencial para a inclusão. Sua capacidade de planejar estratégias diferenciadas, mediar aprendizagens e promover interações significativas influencia diretamente o sucesso das práticas inclusivas. Nesse sentido, a formação continuada dos profissionais da educação torna-se indispensável para a utilização adequada dos recursos disponíveis.

A literatura aponta que a utilização de recursos pedagógicos inclusivos beneficia não apenas as crianças com deficiência, mas todos os alunos da turma. Estratégias diversificadas ampliam as possibilidades de aprendizagem, tornam as atividades mais atrativas e favorecem o desenvolvimento de diferentes habilidades.

Portanto, os recursos pedagógicos representam importantes aliados na construção de uma Educação Infantil inclusiva. Quando utilizados de forma planejada e intencional, contribuem para a eliminação de barreiras, promovem a participação ativa das crianças e fortalecem os princípios da equidade, do respeito às diferenças e da valorização da diversidade no ambiente escolar.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

A historicidade acerca da educação Especial e inclusão vêm sofrendo inúmeros percalços que levam a crer a necessidade de novas mudanças em atendimento às pessoas com deficiência. Desde o período industrial brasileiro na década de 30, o Brasil vivenciou um crescente número de trabalhadores que precisariam de qualificação para o trabalho, sendo incumbido de discernir nesse processo as instituições precursoras SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e SENAI – Serviço Nacional Industrial.

Dentre as recentes instituições de ensino, ficou atribuída a formação integral do trabalhador para as diversas áreas do mercado em atendimento a necessidade nacional. Nesse sentido, percebe-se que há uma demanda que apresenta alguma deficiência e, portanto, deve ser atendida de forma igualitária em suas limitações.

A partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação geralmente particular a partir de 1950, principalmente, tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização do BR, comumente intitulada de substituição de importações, os espaços possíveis deixados pelas modificações capitalistas mundiais (JANNUZZI, 2004, p.34).

As Organizações Não Governamentais (O.N.G.'s) e Instituições Filantrópicas ficaram incumbidas de realizar projetos a fim de atender a demanda nacional, visto que não havia ainda políticas públicas assertivas acerca do atendimento à pessoa com deficiência.

Nessa perspectiva, surge em 1954 o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que institui atendimento às pessoas com deficiência, sobretudo com amparo da organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América.

Mesmo com tantos avanços, a educação especial apresenta constantes revisões sendo necessário um aprofundamento em suas políticas públicas e formas de atendimento nas diversas áreas do conhecimento.

De longa data, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos, garantido o desenvolvimento escolar destes, e como nesse sentido, a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem sido preferida pela opção por políticas que a um custo que não exija ampliação significativa da participação da educação na renda nacional e no orçamento público, privilegiam intervenções que têm sido compensatórias ou orientadoras para ações que possam mostrar números indicativos e maior acesso e permanência dos alunos no sistema escolar (FERREIRA & FERREIRA, 2004, p.33).

As concepções acerca da educação especial e inclusiva ganham no século presente, novos olhares, levando em consideração a necessidade de dialogar com instituições afins da educação, saúde e desenvolvimento social, bem como ministério do trabalho em prol de unificar forças no atendimento e qualificação para o mercado de trabalho.

De acordo com Ferreira & Ferreira (2004), há uma ligação entre as instituições, sendo necessárias oficializar, todavia a criança matriculada em centros de atendimento especial passa a frequentar as redes de ensino regular. Esse processo permite uma inclusão da criança com deficiência e ao mesmo tempo uma aprendizagem aos demais discentes e colegiados quanto às pessoas com alguma deficiência.

Cabe-se no momento de inclusão de crianças e adolescentes nas redes públicas e particulares de ensino uma reflexão quanto à formação dos profissionais da educação, uma vez que deve haver um entendimento sobre as deficiências e distúrbios.

3.1 Perspectiva da Deficiência e Neurociência

Para aprender, o indivíduo conta com suas estruturas físicas, psicológica e cognitiva e é necessário que se interliguem com os fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Caso haja algum impedimento para a total harmonia desses fatores, influenciará negativamente para o processo de aprendizagem.

A atenção e a memória são fundamentais para que se possa aprender. Aprendizagem e memória são as habilidades de aquisição e manutenção das informações, e a aprendizagem precisa acontecer no momento exato em que ocorre a captação de uma informação pelas vias sensoriais, pela sua retenção e fixação pelas áreas da memória, função executada pelo córtex cerebral.

Hoje a educação está centrada na aprendizagem. O professor, antes de compartilhar conhecimento, agora é um coautor do processo de aprendizagem dos alunos. Isso acontece por que o conhecimento é construído e reconstruído continuamente na relação professor-aluno e dinamicamente aluno-professor.

A fim de estabelecer relações cérebro e cognição em áreas relevantes para a educação, a neurociência cognitiva utiliza vários métodos de investigação:

- Tempo de reação;
- Eletroencefalograma;
- Lesões em estruturas neurais;
- Neuroimagens;
- Entre outros.

Essa abordagem permitirá o diagnóstico precoce de transtornos de aprendizagem, e mediante a constatação exigirá métodos de educação especial, ao mesmo tempo a identificação de estilos individuais de aprendizagem e a descoberta da melhor maneira de introduzir informação nova no contexto escolar.

Investigações cerebrais averiguando aspectos de atenção, memória, linguagem, leitura, matemática, sono e emoção/cognição, estão trazendo valiosas contribuições para a área da educação.

Pesquisadores acreditam que as descobertas em neurociências contribuam para a teoria e práticas educacionais. Algumas perguntas são essenciais para a investigação, tais como:

- O que nos faz aprender menos e mais?
- Como nosso cérebro processa e condensa as informações?
- Como esse processamento reflete em nosso aprendizado na escola, no trabalho e na vida de um modo geral?

Essas questões tornaram possíveis entender o modo como cada indivíduo processa as informações que recebe do ambiente externo, definindo as melhores estratégias no que se refere o ensino individual e coletivo.

A pesquisa em neurociência por si só não introduz novas estratégias educacionais. Contudo, fornece razões importantes e concretas, não especulativas, porque certas abordagens e estratégias educativas são mais eficientes que outras.

A Neurociência Cognitiva tem como objetivo de estudo, a compreensão sobre como a nossa mente processa as informações, como é possível aprender, desenvolver e acumular conhecimentos e aperfeiçoar as múltiplas inteligências. Essa consciência dos pontos fortes e de limitação é fundamental no processo de ensino.

4 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de compreender as concepções acerca da Educação Inclusiva e Especial, bem como analisar a importância da adaptação de atividades e recursos pedagógicos na Educação Infantil. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos educacionais, considerando aspectos sociais, pedagógicos e humanos relacionados ao processo de inclusão escolar.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses, legislações e documentos oficiais, permitindo ao pesquisador construir conhecimentos fundamentados sobre determinado tema. Nesse sentido, foram consultadas obras de autores reconhecidos na área da Educação Inclusiva, como Mantoan (2015), Vygotsky (1997) e Bersch (2017), além de documentos normativos, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

Os procedimentos metodológicos envolveram a seleção, leitura, análise e interpretação de materiais relacionados à inclusão escolar, à Educação Especial e às práticas pedagógicas voltadas para crianças da Educação Infantil. A coleta de dados ocorreu por meio do levantamento de produções acadêmicas disponíveis em livros, periódicos científicos, bases de dados educacionais e documentos oficiais publicados por órgãos governamentais.

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se a análise documental e bibliográfica, permitindo identificar conceitos, práticas pedagógicas, estratégias de adaptação curricular e recursos utilizados para favorecer a inclusão de crianças com necessidades educacionais específicas. A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, buscando relacionar os referenciais teóricos com os desafios e possibilidades encontrados no contexto da Educação Infantil inclusiva.

Dessa forma, a metodologia adotada possibilitou reunir informações relevantes para a compreensão do tema, contribuindo para a reflexão acerca da importância das adaptações pedagógicas e dos recursos educacionais como elementos fundamentais para a efetivação da inclusão escolar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura consultada permitiu identificar que a Educação Inclusiva tem se consolidado como um importante paradigma educacional voltado à garantia do direito à educação para todos os estudantes. Os estudos analisados demonstram que a inclusão escolar vai além da matrícula da criança com deficiência na escola regular, exigindo mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais capazes de promover a participação efetiva de todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Os resultados evidenciam que a adaptação de atividades constitui uma das principais estratégias para favorecer a aprendizagem na Educação Infantil. As pesquisas apontam que a flexibilização das práticas pedagógicas, a diversificação de metodologias e a adequação dos recursos didáticos contribuem significativamente para o desenvolvimento das crianças com necessidades educacionais específicas. Além disso, essas adaptações beneficiam toda a turma, uma vez que promovem diferentes formas de aprendizagem e participação.

Outro aspecto identificado refere-se à relevância dos recursos pedagógicos acessíveis. Materiais concretos, recursos visuais, jogos educativos, tecnologias assistivas, livros adaptados e instrumentos de comunicação alternativa foram frequentemente mencionados como ferramentas que ampliam as possibilidades de interação e aprendizagem das crianças. Conforme destaca Bersch (2017), a Tecnologia Assistiva

desempenha papel fundamental na promoção da autonomia e da participação dos estudantes com deficiência no ambiente escolar.

Os resultados também demonstram que o professor exerce papel central na construção de práticas inclusivas. A formação continuada e o conhecimento sobre as especificidades do desenvolvimento infantil são fatores determinantes para a elaboração de estratégias pedagógicas adequadas. Entretanto, diversos estudos apontam que muitos profissionais ainda enfrentam dificuldades relacionadas à falta de capacitação específica, escassez de recursos e ausência de apoio especializado.

A discussão dos dados evidencia que, embora existam avanços significativos nas políticas públicas voltadas à inclusão, persistem desafios que dificultam sua efetivação. Entre eles destacam-se a insuficiência de investimentos em infraestrutura acessível, a necessidade de ampliação dos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a carência de formação continuada para professores da Educação Infantil.

Por outro lado, os estudos analisados demonstram que ambientes educacionais inclusivos favorecem não apenas o desenvolvimento das crianças com deficiência, mas também contribuem para a formação de valores como respeito, empatia, cooperação e valorização da diversidade entre todos os estudantes. Dessa forma, a inclusão escolar deve ser compreendida como um compromisso coletivo que envolve escola, família, profissionais da educação e sociedade.

Conclui-se, portanto, que a adaptação de atividades e a utilização de recursos pedagógicos adequados constituem elementos essenciais para a promoção de uma Educação Infantil inclusiva e de qualidade. Quando planejadas de forma intencional e alinhadas às necessidades das crianças, essas estratégias favorecem a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos, fortalecendo os princípios da Educação Inclusiva e garantindo uma educação mais democrática e equitativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial, ainda que perpetue inúmeros debates, não se faz demasiado estupecato de nossos debates e descobertas. As discussões das novas políticas públicas têm sido um momento de angústia por parte da grande população que avalia a eficácia das ações empregadas em prol da educação especial e inclusão.

Sobre a perspectiva da neurociência e educação inclusiva, podemos perceber que ao longo de nossa vida, as experiências sensoriais que acumulamos nos fornecem condições para que o nosso sistema nervoso central processe as informações e as transformem em conhecimentos.

Atualmente, verificamos que a neurociência cognitiva tem fundamental importância no processo de desenvolvimento da aprendizagem. É a forma como o cérebro produz cognição e comportamento.

A Educação Inclusiva representa um importante avanço na garantia do direito à educação para todos, promovendo a valorização da diversidade e o respeito às diferenças humanas. Na Educação Infantil, esse compromisso torna-se ainda mais significativo, pois é nesse período que são construídas as bases do desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças.

A análise das concepções acerca da Educação Inclusiva e Especial evidencia que a inclusão não se limita ao acesso à escola, mas envolve a criação de condições efetivas para a participação e aprendizagem de todos os estudantes. Nesse contexto, as adaptações de atividades e os recursos pedagógicos assumem papel fundamental, possibilitando que cada criança desenvolva suas potencialidades de acordo com suas características individuais.

Apesar dos avanços legais e das políticas públicas voltadas à inclusão, ainda existem desafios relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos e à eliminação das barreiras presentes no ambiente escolar. Portanto, torna-se necessário fortalecer práticas pedagógicas inclusivas, investir na capacitação dos profissionais da educação e promover uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade.

Conclui-se que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva depende do compromisso coletivo de gestores, professores, famílias e sociedade, garantindo que todas as crianças tenham oportunidades iguais de aprendizagem, desenvolvimento e participação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERSCH, Rita. **Introdução à Tecnologia Assistiva**. Porto Alegre: CEDI, 2017

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** CNE: Brasília, 2001.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Disponível em<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 06 Nov. 2024

_____. **Lei e Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB).** Lei nº 9394/96. Disponível em<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 06 Nov. 2024

BUENO, J.G.S. “**A inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**”. Temas sobre o Desenvolvimento. São Paulo: vol.9, n.8, 2001, p. 21-27.

FERREIRA, Maria Cecília C.; FERREIRA, Júlio R. **Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas.** In: GÓES, Maria Cecília R.; LAPLANE, Adriana Lia F de. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JANUZZI, Gilberta de Martinho. **A educação do deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. Campinas. Autores Associados, 2004. Coleção Educação Contemporânea.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão:** um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender.** São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 4 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2002.

STAINBACK, Suzan & Willian Satainback. **Inclusão:** Um Guia para Educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades

Especiais]. Acesso e Qualidade, realizado em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.